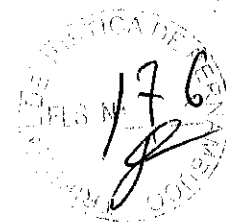




**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**PODER JUDICIÁRIO**

**Terceira Câmara Criminal**  
*Gabinete do Des. Nivaldo Mulatinho*



206

**HABEAS CORPUS Nº 0203596-7**

**COMARCA:** Petrolândia – Vara Única

**IMPEETRANTE:** Dr. Leonardo da Luz Parente

**PACIENTE:** João Kenned Torres

**PROCURADORA:** Drª Eleonora de Souza Luna

**RELATOR:** Des. Nivaldo Mulatinho Filho

**EMENTA:** PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO. PACIENTE DENUNCIADO COM OUTRO CORRÉU. REQUISITOS À CONCESSÃO DA LIBERDADE PROVISÓRIA. INOCORRÊNCIA. EXCESSO DE PRAZO PARA TÉRMINO DO SUMÁRIO. COMPLEXIDADE DO FEITO. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE.

**I** – Evidenciada a periculosidade concreta do Paciente, em razão das circunstâncias do crime a si atribuído, bem como pela reiteração de conduta delitiva, revela-se necessária a sua constrição provisória, a fim de se acautelar a Ordem Pública.

**II** – Presentes os requisitos da prisão preventiva (Art. 312, do CPP), descabe a concessão de Liberdade Provisória, ainda que afiançável o delito imputado ao Paciente e assentes atributos pessoais favoráveis.

**III** - Não é possível reconhecer, igualmente, a concessão da Liberdade Provisória através de extensão da medida concedida ao seu corréu, tendo em vista que a situação jurídico-processual do Paciente revelou-se divergente, por ter este assumido a propriedade das armas e da elevada quantidade de munição apreendidas, bem como por responder a delito diverso de natureza hedionda.

**IV** – Diante da complexidade do feito, por comportar dois réus e expedição de cartas precatórias para oitiva de testemunhas arroladas pela Defesa, além de estar preso o Paciente em comarca diversa de onde tramita o feito, revela-se justificado o alegado retardo, mormente sob a ótica da razoabilidade, registrando-se já terem sido inquiridas as testemunhas arroladas pelas partes, faltando apenas os interrogatórios dos acusados.

**V** – Ordem denegada. Decisão unânime.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
Terceira Câmara Criminal  
Gabinete do Des. Nivaldo Mulatinho



207

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Habeas Corpus nº **0203596-7**, em que são partes as retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, **à unanimidade, em denegar a ordem**, nos termos do Relatório e Votos anexos, que passam a integrar o presente julgado.

Recife, 08 de 02 de 2010.

  
Des. Nivaldo Mulatinho Filho  
Relator



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**Terceira Câmara Criminal**  
*Gabinete do Des. Nivaldo Mulatinho*



208

**HABEAS CORPUS Nº 0203596-7**

**COMARCA:** Petrolândia – Vara Única

**IMPETRANTE:** Dr. Leonardo da Luz Parente

**PACIENTE:** João Kenned Torres

**PROCURADORA:** Drª Eleonora de Souza Luna

**RELATOR:** Des. Nivaldo Mulatinho Filho

**RELATÓRIO**

O Bel. **Leonardo da Luz Parente**, amparado no Art. 5º, inciso LXVIII, da CF/88, c/c Art. 647 e ss., do CPP, impetrou ordem de Habeas Corpus liberatório, com pretensão liminar, em favor de **JOÃO KENNED TORRES**, qualificado às fls. 02, apontando como autoridade coatora o Juízo da Vara Única da Comarca de Petrolândia-PE, nos autos do Processo-Crime nº 437.2009.000436-0, a que responde o Paciente, juntamente com seu irmão, WERIK TORRES DE SÁ BEZERRA, como incurso nas penas do Art. 14, da Lei nº 10.826/2003 (*porte ilegal de arma de fogo de uso permitido*).

Em síntese, alega o impetrante que o Paciente foi preso em flagrante em **07/05/2009**, tendo aforado pleito de **liberdade Provisória** (fls. 61/73), que foi indeferido pelo Juízo singular (fls. 105/106), apesar de preenchidos os requisitos legais à concessão, eis que: **a)** o delito atribuído ao Paciente é afiançável; **b)** inexistem motivos para a custódia preventiva; **c)** estão assentes os atributos pessoais favoráveis da primariedade, bons antecedentes, residência fixa e emprego certo; **d)** faz jus à extensão do referido benefício concedido ao seu corréu (fls. 108/110). Por esses motivos, pleiteia seja concedida a Liberdade Provisória, com ou sem fiança.

Alternativamente, pugna pelo relaxamento da segregação provisória, ante o **excesso de prazo para término do Sumário**, visto que o Paciente ainda não foi interrogado, apesar de passados mais de 198 (cento e noventa e oito) dias de sua prisão.

À inicial foram acostados os documentos de fls. 13/147.

Às fls. 154/155, indeferi o pleito liminar, ocasião em que solicitei informações à autoridade dita coatora, que as prestou (fls. 160/163), relatando o trâmite processual.

A douta Procuradoria de Justiça, na pessoa da Drª Eleonora de Souza Luna, opinou pela denegação da ordem (fls. 167/172).

É o relatório.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO

Terceira Câmara Criminal  
Gabinete do Des. Nivaldo Mulatinho



209

**VOTO**

Cuida-se de Habeas Corpus liberatório, impetrado em favor de **JOÃO KENNED TORRES**, apontando como autoridade coatora o Juízo da Vara Única da Comarca de Petrolândia-PE, nos autos do Processo-Crime nº 437.2009.000436-0, a que responde o Paciente, juntamente com seu irmão, WERIK TORRES DE SÁ BEZERRA, como incurso nas penas do Art. 14, da Lei nº 10.826/2003 (porte ilegal de arma de fogo de uso permitido).

Aduz o impetrante que o Paciente sofre constrangimento ilegal em sua liberdade de locomoção, em razão de ato do Exmº Sr. Dr. Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Petrolândia-PE, que indeferiu pleito de **Liberdade Provisória** (fls. 105/106), apesar de o Paciente preencher os requisitos legais à sua concessão, eis que: **a)** o delito atribuído ao Paciente é afiançável; **b)** inexistem motivos para a custódia preventiva; **c)** estão assentes os atributos pessoais favoráveis da primariedade, bons antecedentes, residência fixa e emprego certo; **d)** faz jus à extensão do referido benefício concedido ao seu corréu (fls. 108/110).

Alega, ainda, o impetrante **excesso de prazo para término do Sumário**, eis que o Paciente, preso em flagrante em **07/05/2009**, ainda não foi interrogado, apesar de passados mais de 198 (cento e noventa e oito) dias de sua prisão, pugnando, alternativamente, pelo relaxamento da custódia provisória.

Narra a Denúncia (fls. 13/15) que, na noite de **07/05/2009**, Policiais Militares lotados na 4ª CIPM, em Petrolândia, foram informados pela Central de Operações da PMPE, de Belém de São Francisco, de que dois sujeitos que trafegavam em um veículo Astra/GM, de cor prata, estavam transportando armas de fogo e munições e passariam por Petrolândia, pelo que foi montado um bloqueio na rodovia federal a espera daquele automóvel.

Relata a Exordial Acusatória que, por volta das 19h, às margens da BR-316, nas proximidades do Acampamento dos Sem-Teto, no bairro da Boa Esperança, os acusados **JOÃO KENNED TORRES**, ora Paciente, e WERIK TORRES DE SÁ BEZERRA, que são irmãos, foram abordados pelos Agentes Militares, tendo negado a presença de armas ou munições naquele veículo. Entretanto, após uma busca minuciosa, foram encontrados, por trás do porta-luvas, que teve que ser quebrado, um revólver da marca Taurus, calibre 38, nº J203694, e uma pistola da marca Taurus, de calibre 380, modelo PT 58S, nº KJG36996, com dois carregadores vazios, além de 108 (cento e oito) projéteis intactos de calibre 380,



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**Terceira Câmara Criminal**  
Gabinete do Des. Nivaldo Mulatinho



da CBC, e mais 18 (dezoito) munições de calibre 38, conforme Auto de Apresentação e Apreensão (fls. 29).

Observo, pelo documento de fls. 103, que o Paciente responde a outro feito criminal (Processo nº 1074819-5/2006), perante o Juízo de Direito da Comarca de Casa Nova, Estado da Bahia, com incurso nas penas do Art. 121, § 2º, incisos I e IV, do Código Penal (*homicídio duplamente qualificado*), tendo sido revogada sua prisão preventiva nos autos referidos.

Ao indeferir o pedido de concessão de Liberdade Provisória (fls. 105/106), o Juízo singular justificou a necessidade da custódia cautelar do Paciente invocando a **garantia da Ordem Pública**, nos seguintes termos:

*"Pois bem, inegavelmente, embora o crime de porte de arma de fogo seja afiançável, **as circunstâncias da prisão** do réu João Kenned Torres pesam bastante em seu desfavor.*

*Transitava por rodovia desta região, com as armas e munições acima referidas, que se encontravam acondicionadas na parte interna do painel do veículo.*

*Veja que não se tratava apenas de uma determinada arma, o que, por si só, seria suficiente para configuração do crime em tela, mas de revólver, pistola e muitas munições.*

*Ademais, de acordo com certidão de fls. 94, responde por homicídio qualificado na Comarca de Casa Nova-BA, onde sua prisão preventiva foi revogada.*

*Em suma, já obteve da Justiça o direito de responder o processo em liberdade. Porém, **voltou a delinquir.**" (sem grifos no original).*

*De fato, de acordo com os Autos de Prisão em Flagrante Delito (fls. 16/20) e de Apresentação e Apreensão (fls. 29), o Paciente supostamente transportava **duas armas de fogo, além de grande quantidade de munição** – 108 (cento e oito) projéteis intactos de calibre 380, da CBC, e mais 18 (dezoito) munições de calibre 38 –, tendo assumido a propriedade das mesmas perante a Autoridade Policial, embora alegando que costumava levar o material em seu carro para usar em sua defesa, por medo de ser assaltado nas estradas (fls. 19). É de se estranhar, todavia, que ditas armas e a grande quantidade de munição estivessem tão escondidas no veículo, posto que a reação defensiva,*



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
Tercelra Câmara Criminal  
Gabinete do Des. Nivaldo Mulatinho



211

certamente, seria dificultada. O comportamento de ocultar o material sugere a consciência da conduta ilícita, tanto que o Paciente negou, inicialmente, o aludido transporte ao ser abordado pelos Policiais.

Por outro lado, tendo sido solto, nos autos de uma Ação Penal, oriunda do Estado da Bahia, que apura o cometimento do crime hediondo de homicídio qualificado, através de decisão datada de **06/03/2003** (fls. 103), o Paciente veio a ser preso em flagrante, em razão do porte ilegal de armas de fogo, no processo originário, o que se deu em **07/05/2009**.

Assim, evidenciou-se a **periculosidade concreta** do Paciente, seja no tocante às **circunstâncias do crime** a si atribuído, como também pela **reiteração delitiva**, revelando-se acertada e suficientemente fundamentada a decisão monocrática, eis que a soltura do Paciente denota risco à **Ordem Pública**.

Corroborando tal entendimento, trago à colação precedente do STJ:

CRIMINAL. HC. ESTELIONATO E FORMAÇÃO DE QUADRILHA. PRISÃO PREVENTIVA. MODUS OPERANDI. PERICULOSIDADE DO AGENTE. REITERAÇÃO CRIMINOSA. NECESSIDADE DA CUSTÓDIA PARA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. INFORMAÇÕES SUPOSTAMENTE INVERÍDICAS PRESTADAS PELO MAGISTRADO DE 1º GRAU NA IMPETRAÇÃO ORIGINÁRIA. IMPROPRIEDADE DO WRIT. ORDEM PARCIALMENTE CONHECIDA, E NESSA EXTENSÃO, DENEGADA.

Não se vislumbra ilegalidade na decretação da custódia cautelar do réu, tendo em vista que procedida em conformidade com as exigências legais, atendendo aos termos do art. 312 do CPP e da jurisprudência dominante.

**A periculosidade do agente, evidenciada pelo modus operandi da prática, em tese, criminosa e da reiteração delitiva configuram fatores concretos que obstam a revogação da segregação cautelar para a garantia da ordem pública. Precedentes.**

(...)

Ordem parcialmente conhecida, e nessa extensão, denegada" (sem grifos no original) (HC 58345 / PE, Relator Min. Gilson Dipp, 5ª Turma, j. 12.09.2006).



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**PODER JUDICIÁRIO**

**Terceira Câmara Criminal**  
Gabinete do Des. Nivaldo Mulatinho



Assim, existindo motivo para prisão preventiva, não se pode falar em concessão da **Liberdade Provisória, com ou sem fiança** (Arts. 310, parágrafo único, e 324, inciso IV, ambos do CP), nem tampouco por ostentar o Paciente **atributos pessoais favoráveis**. Aliás, no tocante ao alegado "emprego certo", este não restou demonstrado a contento, dado que pela leitura dos documentos de fls. 80/83 não se tem como saber se os subscritores das declarações são os empregadores do Paciente.

A propósito, sobre o tema reproduzo escólios jurisprudenciais desta Corte e do STJ:

*"Não há lugar para a concessão da liberdade provisória quando presentes motivos que autorizem decretação da prisão preventiva, assim, nos termos do art. 310, parágrafo único, como nos do art. 324, IV, do CPP" (STJ – RHC 1.358-SP – Rel. Min. COSTA LEITE – 6º T. – J. 26.8.91 – Um.) (DJU, 30.9.91, p. 13.498).*

*"As condições pessoais favoráveis ao acusado, por si sós, não asseguram o direito à liberdade provisória, se presentes os motivos para a prisão preventiva." (Súmula 086-TJPE)*

Por fim, não vislumbro faça o Paciente jus à **extensão** da Liberdade Provisória alcançada por seu irmão corréu, visto que sua situação jurídico-processual difere do mesmo, tendo em vista que assumiu a propriedade das armas e da quantidade elevada de munição apreendidas, além de responder por outro feito que apura delito gravíssimo.

Desse modo, revelando-se inviável o pedido de extensão, indefiro-o, em consonância com aresto do STJ a seguir colacionado:

*"Processual Penal. Habeas Corpus. Pedido de Extensão. CPP, art. 580, situações diferentes. Indeferimento. A regra do art. 580, do código de Processo Penal, que autoriza a extensão dos efeitos benéficos do recurso aos co-réus, exige que os mesmos se encontrem em identidade de situações no tocante ao tema de fundo versado na peça recursal. É descabida a extensão dos efeitos de decisão concessiva de habeas corpus fundada em circunstância de caráter pessoal estranha ao co-réu requerente. Pedido de Extensão indeferido" (STJ, HC 8.038-DF – DJU de 17-04-2000).*



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO

Terceira Câmara Criminal  
Gabinete do Des. Nivaldo Mulatinho

213



Relativamente ao suposto constrangimento ilegal suportado pelo Paciente, em razão de **excesso de prazo** para término do Sumário, note-se que, também sob esse aspecto, não assiste razão ao impetrante.

O processo originário possui dois réus, tendo a Defesa arrolado testemunhas residentes em Belém de São Francisco-PE, o que demandou a depreciação do ato, segundo informou o Juízo monocrático (fls. 162). Ademais, conforme atentou a douta Procuradoria de Justiça, o Paciente encontra-se preso em local diverso de onde tramita o processo, conforme se infere do documento de fls. 89. Esses aspectos peculiares revelam a **complexidade do feito**, recomendando-se considerar a contagem dos prazos sob o prisma da razoabilidade, vez que esta não resulta da mera soma aritmética dos marcos processuais, restando justificado eventual retardo.

Ressalte-se que todas as testemunhas da Acusação e da Defesa já foram inquiridas, faltando apenas os interrogatórios do Paciente e do seu irmão corréu, o que foi designado para o dia **28/01/2010**, embora não conste nos autos a informação de que tenham se realizado.

Nesse sentido, entendimento sumular deste Tribunal:

*"Os prazos processuais na instrução criminal não são peremptórios, podendo ser ampliados dentro de parâmetros de razoabilidade e diante das circunstâncias do caso concreto."*  
**(Súmula 084-TJPE).**

Ante o exposto, em consonância com o Parecer da douta Procuradoria de Justiça Criminal, **denego a ordem**.

É como voto.

Recife, 03 de fevereiro de 2010

  
Des. Nivaldo Mulatinho Filho  
Relator